



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DA SESSÃO DE  
ENCERRAMENTO DA REUNIÃO DE TIMOR-  
LESTE COM OS PARCEIROS DE  
DESENVOLVIMENTO  
28-29 DE MARÇO DE 2008**

**Díli**

**29 de Março de 2008**

Excelências,

Na recta final desta Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento agradeço a presença de todos aqueles que vieram partilhar connosco preocupações e endossar prioridades, numa lógica de cooperação, que já faz parte da história de Timor-Leste na sua relação com a comunidade internacional.

Agradeço, sobretudo, a honestidade com que vários temas foram abordados nesta reunião. O envolvimento que tem sido assumido pelos Parceiros, desde 1999, na causa de Timor-Leste, leva-nos a aceitar como válidas as contribuições dadas, porque os sucessos e insucessos são partilhados por nós, Governo de Timor-Leste e Parceiros de Desenvolvimento, com a mesma intensidade.

Para uma jovem Nação como a nossa que ainda está a aprender o verdadeiro significado da Democracia e em que as necessidades são tantas, a definição de prioridades não é uma decisão fácil.

Asseguro-lhes no entanto que foi uma decisão ponderada! As seis principais prioridades discutidas durante esta reunião são as que acreditamos que constituirão os alicerces necessários para o sucesso de programas futuros de erradicação de pobreza, através de um crescimento económico sustentado e de desenvolvimento de capacidades.

A implementação deste programa é, sem dúvida, ambicioso. Mas é a ambição de um futuro melhor para o nosso Povo que nos move e isso dá-nos confiança.

Nos tempos mais difíceis da luta pela Independência, com escassos meios e acusando algum cansaço, foi o acreditar que a liberdade ia ser alcançada “no dia seguinte” que nunca nos permitiu desistir.

A ambição, a coragem e o apoio internacional do passado, consentiu que no presente estejamos a discutir um programa de desenvolvimento consistente para a República Democrática de Timor-Leste.

A causa agora é outra, é dar liberdade aos que durante anos viverem num clima de ameaça e de sacrifícios! É construir um Estado de direito, onde todos os cidadãos gozem de paz, estabilidade e melhores condições de vida – como causa nacional!

Que a nossa ambição não seja confundida com arrogância. Os retrocessos e os erros do passado estão a ser alvo de reflexão por este executivo e as recomendações, incluindo as sublinhadas nesta reunião, a ser analisadas no âmbito de um processo que se quer construtivo.

Temos vindo a aprender a profunda importância de trabalhar juntos, de trabalhar em parceria, mas esta tem que ser bem definida. Esta compreensão orienta-nos no sentido de promover um maior diálogo com os outros órgãos do Estado, com a Sociedade Civil e com os parceiros internacionais, criando mecanismos de consulta alargada que conduzam à criação e implementação de estratégias de desenvolvimento centradas em resultados.

A recuperação da confiança dos cidadãos timorenses nas Instituições Democráticas e, em especial no Governo, através da observância de algumas melhorias no País, nomeadamente: a ordem e a segurança públicas; a sensação de estabilidade; e a realização das suas principais aspirações através das medidas de justiça social que ontem foram enunciadas – motivará a população a dar o seu contributo no processo nacional de melhoria de condições da qualidade de vida.

Em jeito de conclusão, gostaria de reforçar alguns pontos que foram abordados durante a reunião de ontem:

O crescimento da nossa economia está em grande parte associado à nossa capacidade de incentivar o **sector privado**. Mas, a apreensão relativamente ao risco de investir em Timor-Leste, leva à inibição de um espírito empreendedor nacional e à contracção do investimento estrangeiro.

As prioridades definidas quer em matéria de ordem pública e segurança, quer de protecção social, bem como de resposta às necessidades dos jovens, que poderão ser os principais agentes dessa mudança cultural, inculcando nestes um espírito progressista e desenvolvendo capacidades relevantes na prossecução de actividades ao desenvolvimento económico do País, poderão alterar esta situação.

Por outro lado, o Governo está a providenciar segurança jurídica sobre os direitos de propriedade, que irão, ainda este ano, colmatar parte da lacuna existente sobre os Direitos de Propriedade. Permitam-me que enuncie, brevemente, os esforços desenvolvidos neste sentido:

1. O Governo concluiu o Projecto de Código Civil, Lei reguladora, entre outras matérias, dos Direitos Reais e Direitos de Propriedade, que será muito em breve apresentado ao Conselho de Ministros e posteriormente remetido ao Parlamento Nacional;
2. Estamos igualmente, através do Ministério da Justiça, a desenvolver com parceiros internacionais a elaboração de um Código de Registo Predial e, simultaneamente, a capacitação de quadros timorenses para desenvolverem o Departamento de Registo Predial, para transmitir segurança jurídica ao sector económico;
3. Estamos ainda, a iniciar o desenvolvimento de um Serviço Nacional de Cadastro, que permitirá identificar todas as parcelas de terra.

No entanto, a questão do direito de propriedade, não deverá formar falsas percepções no que concerne ao desenvolvimento do sector privado. Temos procedido a análises sobre esta matéria, sobretudo no contexto regional asiático, e temos verificado através de outras experiências que existem casos de sucesso relativos ao desenvolvimento do sector, em países que partilham as mesmas dificuldades em matéria de propriedade das terras.

O que nos leva a encarar este desafio com optimismo porque, como já referi, a prioridade que está a ser dada à consolidação da segurança e da ordem pública e à regulamentação no sentido de atribuir maior segurança jurídica, aumentará a confiança dos empresários e investidores. A acrescentar a isto, os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos no sentido de criar um sistema de Seguros nacional, irá reforçar a confiança deste sector.

Relativamente à imprescindível melhoria na **eficiência dos gastos públicos**, as reformas que estão a ser desenvolvidas a nível da Administração Pública, com especial enfoque no Ministérios das Finanças, que passam pela avaliação profunda dos obstáculos à execução normal do Orçamento de Estado e um melhor sistema de aprovisionamento, permitem-nos antever que irão ser encontradas soluções que aumentarão a capacidade de prestação de serviços públicos em áreas fundamentais, nomeadamente na área das infra-estruturas, saúde e educação.

Esta é também condição fundamental para não prejudicar o desenvolvimento do sector privado nacional, pois este tem menor facilidade em recorrer a empréstimos e garantias bancárias do que os empresários estrangeiros e só através de um compromisso sério em melhorar a eficiência dos gastos públicos, se poderá minimizar a concorrência desleal.

Para melhorar o sector público de prestação de serviços estamos também a estudar formas mais eficientes de investimento do Fundo de Petróleo. Este está a aumentar gradualmente, havendo potencial para um maior aumento no retorno dos investimentos. Assim sendo, estamos a considerar a actual estratégia de investimento e a gestão do Fundo com vista a explorar ao máximo as possibilidades dentro da Lei do Fundo Petrolífero, no sentido de maximizar o valor total das receitas provenientes deste sector.

Temos que saber capitalizar este bem para depois nos podermos concentrar em políticas duradouras e sustentáveis de desenvolvimento do **sector público**. Não queremos continuamente ver timorenses pobres num País supostamente rico!

É ainda nossa intenção, para garantir os objectivos a que nos propomos, considerar a contratação externa e assistência técnica, sempre que não seja possível recorrer a recursos humanos nacionais, de forma a assegurar a execução de investimentos públicos, sobretudo em áreas especializadas em que a ausência de *Know-How* local, comprometa a obtenção dos resultados pretendidos.

Excelências

Senhoras e Senhores

Mais uma vez depois desta reunião, que considero fundamental para o alinhamento de vontades, constatámos que a Comunidade Internacional mostrou prontidão em apoiar Timor-Leste nas prioridades que o Governo definiu para esta nova etapa de desenvolvimento nacional. Resta-nos assumir o compromisso de administrar com responsabilidade, as ajudas que irão ser canalizadas para o nosso Povo.

A melhor contribuição que podemos dar aos nossos Parceiros de Desenvolvimento, como contrapartida da generosidade, mas também, e não menos importante, do apoio moral, é garantir a transparência dos processos e dos financiamentos e a obtenção de resultados concretos e quantificáveis, como prova de bom desempenho.

Para garantir a plena implementação das prioridades a que nos comprometemos cumprir com o vosso apoio, subscrevo que seja efectuada uma adequada coordenação, pois esta é essencial para garantir a eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento de Timor-Leste. A disponibilidade para trabalhar juntos e em permanência, permitirá criar e rever mecanismos eficientes e articulados para o sucesso da implementação deste projecto para 2008.

Cabe ao Governo de Timor-Leste a tomada de decisões corajosas e dirigir os destinos da Nação.

Cabe a todo o Povo timorense a participação neste processo.

Em meu nome e em nome do Governo da AMP, reitero a minha gratidão pelo vosso empenho e amizade. Este grande desafio torna-se mais fácil com o vosso apoio!

Muito obrigado.

29 de Março de 2008

Kay Rala Xanana Gusmão